

CONGRESSO

Avança MP que esvazia ministério de Marina

Comissão mista da Câmara aprova texto que retira atribuições do Meio Ambiente

» ANDREA MALCHER

A comissão mista da Câmara aprovou, ontem, a medida provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios. O parecer, apresentado pelo deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), recebeu o aval de 15 parlamentares, e houve três votos contrários. O relatório traz uma série de alterações controversas, que acabaram por esvaziar duas pastas do governo Lula: a do Meio Ambiente e a dos Povos Indígenas. Agora, a matéria segue para o plenário da Casa.

Com a mudança no texto original, a pasta comandada por Marina Silva perde o controle do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que passa para o Ministério da Gestão. A Agência Nacional de Águas (ANA) e a Política Nacional de Recursos Hídricos também saem do Ministério do Meio Ambiente e vão para o da Integração e Desenvolvimento Regional. Horas antes, Marina afirmou, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, que, caso o parecer de Bulhões fosse aprovado, o governo ficaria em posição delicada internacionalmente. E foi além: as realocações previstas seriam um “erro estratégico”.

“Vão questionar: ‘Mas a sua lei não permite, as estruturas foram mudadas. A estrutura do seu governo não é essa que você ganhou nas eleições, é a estrutura do governo que perdeu’. E isso vai fechar todas as nossas portas”, alertou a ministra. “Será um erro estratégico tirar do Meio Ambiente, do Serviço Florestal, e levar o Cadastro Ambiental Rural para o Ministério da Agricultura, em prejuízo a tudo que estamos conseguindo nesses quatro meses de governo.” A ministra se referiu à possibilidade de o cadastro voltar à Agricultura, como era no governo Bolsonaro, caso a MP não seja votada a tempo — o prazo final é 1º de junho.

Também conforme o texto, o processo de demarcação de terras indígenas sai da competência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) — que está sob o guarda-chuva do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) — e vai para a pasta da Justiça, como era no governo de Jair Bolsonaro.

Há duas semanas, no Senado, a ministra Sônia Guajajara defendeu a manutenção das atribuições de sua pasta. “Hoje, a Funai

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Marina Silva na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Casa

» Destino do Coaf

O texto aprovado na comissão mista não menciona o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), mas na prática faz com que ele saia do Ministério da Fazenda e volte para o Banco Central. Há uma outra medida provisória que tirou o órgão do BC e passou para o Ministério da Fazenda. Essa, porém, não será votada. Havia a expectativa de o relator, Isnaldo Bulhões incluir na medida provisória da reestruturação do governo a mudança do Coaf, o que não aconteceu.

não está mais vinculada ao Ministério da Justiça. Com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a Funai veio para este ministério. Não há lugar mais justo, mais adequado”, argumentou. “Só que na Câmara tem sete pedidos de emendas que retornam a atribuição de demarcação ou mesmo a Funai para o Ministério da Justiça, além de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda entre estes, há um pedido de extinção do MPI.”

Para Bulhões, não houve esvaziamento dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas. “O texto é de Estado, e não de pessoas. Os parlamentares que compunham a comissão definiram que as políticas que têm as competências definidas nos ministérios que estão na MP estarão mais eficientes neste

modelo”, sustentou o deputado, após a reunião. “Acima de tudo, garante a entrega das políticas públicas que o atual governo precisa entregar diante da expectativa. Ouvi todas as lideranças do governo e da oposição, mas não tenho nenhuma dúvida de que o governo terá muito mais eficiência”, defendeu.

Conab e Abin

A bancada ruralista, por sua vez, pressionou pela alteração das competências dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. O objetivo é devolver a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a Agricultura. No entanto, o governo não saiu totalmente perdedor dessa batalha, porque o texto aprovado divide as atribuições

da Conab entre as duas pastas.

Já a Casa Civil, de acordo com o parecer, perde a coordenação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que retorna ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva transferiu a Abin para a Casa Civil em março, após os ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro.

O relatório manteve a autorização governamental para a extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), mesmo com a pressão do Congresso em sentido contrário.

O esvaziamento de ministério é mais derrotado para o Planalto no Parlamento. No entanto, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), enxerga o oposto. “A maior vitória nossa foi tirar essa MP da comissão mista e encaminhar para a Câmara para, o quanto antes, ser apreciada. Trabalharemos no curso do dia de hoje (ontem), dialogando com o presidente (da Câmara) Arthur Lira, eu e o líder (do governo na Câmara, José) Guimarães, para que, até amanhã (hoje), essa MP seja votada. E, na semana que vem, possa ser votada no plenário do Senado”, frisou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Aprovação do arcabouço mostra força de Lira e blinda Haddad

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reivindicou para si a vitória do governo na aprovação em plenário do novo arcabouço fiscal, na noite de terça-feira, com apoio de 372 deputados. Entretanto, apesar da grande votação, Lira advertiu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não compreendeu ainda que o Congresso adquiriu mais poder e não tem relação subalterna com o Executivo. Para bom entendedor, pingô é letra: o presidente da Câmara pretende ser o principal interlocutor do governo no Congresso, para ampliar sua base de sustentação na Câmara, com a incorporação do Centrão. Deseja mais controle sobre a execução do Orçamento da União e mais ocupação de espaços na Esplanada dos Ministérios.

“O Congresso está dando todas as oportunidades para o governo se estruturar de uma maneira racional. Todos têm que entender que o Congresso brasileiro conquistou maior protagonismo. É importante que o governo entenda que tem de participar do processo de discussão como participou o ministro Haddad”, disse Lira, após a aprovação do arcabouço fiscal. No mesmo dia, o governo liberou R\$ 1,1 bilhão em emendas parlamentares, cujo montante chega a R\$ 2,9% desde a posse de Lula.

O governo empenhou R\$ 800 milhões para deputados, R\$ 288,4 milhões para senadores e R\$ 700 mil para as emendas das bancadas estaduais, que são mistas. Politicamente, a aprovação do novo arcabouço fiscal fortaleceu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e isolou os partidos de oposição ao governo, principalmente o PL, a maior bancada da Câmara. Entretanto, contingenciou a agenda econômica e social do governo.

A origem do novo arcabouço fiscal é a aprovação da chamada PEC da Transição, que determinou ao governo apresentar projeto de lei complementar para substituir o antigo teto de gastos. Naquele momento, antes mesmo da posse, ficou claro que Lula não teria sustentação política na Câmara sem o apoio de Lira, que era candidato à recondução à Presidência da Casa e recebeu os votos da bancada do PT. À época, havia quem discordasse da PEC, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), aliado de primeira hora de Lula e adversário fidalgo de Lira.

A âncora fiscal estabelece regras econômicas e fiscais que deverão ser obedecidas por Lula para governar entre 2023-2026. O teto de gastos, criado em 2016, no governo de Michel Temer, pelo então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, impediu o descontrole da economia, ao lado da meta de resultado primário (deficit ou superávit), fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias correspondente a cada ano; e do Artigo 167 da Constituição Federal, que obriga os governos a pedirem autorização do Congresso para emitir títulos da dívida pública em alguns casos, que continuam em vigor.

Falta um programa comum

Lula fez campanha eleitoral contra o teto de gastos, porque limitava demais os investimentos em infraestrutura e moradia e os gastos com educação e saúde. Além disso, por ter sido sucessivamente ultrapassada durante o governo Jair Bolsonaro, em razão da pandemia da covid-19, a regra estava meio desmoralizada. Sem entrar no mérito da discussão, a maior crítica feita ao novo arcabouço é o fato de flexibilizar os limites de gastos sem ter garantia de aumento de receita para isso.

A proposta aprovada não é a mesma apresentada inicialmente por Fernando Haddad, tem regras mais rigorosas, impostas ao governo durante as negociações do relator, Cláudio Cajado (PP-BA), com as bancadas dos partidos do Centrão e com o ministro da Fazenda. O PT votou a favor do arcabouço constrangido. Ao mesmo tempo que blindou os aumentos reais do salário mínimo e do Bolsa Família, por exemplo, o arcabouço restabelece o contingenciamento de gastos em razão da despesa disponível. O Fundo Constitucional de Brasília terá uma perda de R\$ 87 bilhões em 10 anos, que seriam destinados à educação, à saúde e à segurança pública.

Por ironia, as mudanças do relator são música para a equipe econômica, mas desagradam bastante a área social do governo, pois limita a margem de manobra orçamentária de Lula para implementar sua agenda. Ao mesmo tempo em que conseguiu isolar a bancada bolsonarista, o acordo de Lula com Lira contraria os setores de esquerda que o apoiaram. Os conservadores não pretendem aceitar algumas mudanças de estrutura de governo, como a extinção da Funasa e a ida do Coaf para a Fazenda, nem a revisão de propostas aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro, como a reforma trabalhista e o novo marco do saneamento.

O fato de Lula ter sido eleito sem um programa pactuado com as forças que o apoiaram no segundo turno, mas com uma agenda inspirada nos dois mandatos presidenciais anteriores, ou seja, de 2002 a 2010, complica a situação. Não há comprometimento com um projeto de governo comum entre as forças de centro-esquerda e de centro-direita que participam do governo. Cada ministro tem a sua agenda, que nem sempre é aceita pelos demais e, muitas vezes, não tem correlação de forças favorável à implementação no Congresso ou na sociedade.

O desgaste de Lula por causa de declarações infelizes dificulta a capitalização dos acertos do próprio governo, cujos ministérios atuam, muitas vezes, sem sintonia com a base parlamentar. Essa situação não pode perdurar, porque é o caldo de cultura para a narrativa da oposição às eventuais derrotas no Congresso. Na verdade, o governo não tem uma narrativa eficaz e unificadora.

Aprovada urgência para marco temporal

» HENRIQUE LESSA

O projeto que estabelece o marco temporal na demarcação de terras indígenas teve, ontem, na Câmara, a aprovação de um requerimento de urgência por 324 votos a favor e 131 contrários, além de uma abstenção. Com o aval, o projeto de lei (PL 490/07) vai à votação do mérito na próxima terça-feira.

“O requerimento está na pauta há quatro semanas e será votado agora. Na próxima semana, votaremos o mérito”, disse o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), no início da apreciação do requerimento pela urgência.

Parado na Câmara há dois anos, o projeto tem apoio em peso da bancada do PL e da bancada ruralista na Casa. O texto prevê transferir a competência das demarcações de terras indígenas para o Congresso e a implementação da regra do Marco Temporal, que estabelece que apenas as terras ocupadas pelos povos indígenas no momento da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, poderão ser destinadas a demarcações.

Com o requerimento de

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Autor do requerimento, Zé Trovão foi chamado de assassino

urgência subscrito por parlamentares de vários partidos da base, a liderança do governo na Câmara decidiu não orientar o voto e liberar a base, estratégia que evitou associar o Planalto a uma derrota na Casa.

A intenção da Câmara é aprovar o texto antes de 7 de junho, quando o tema volta para a pauta de julgamento do Supremo

Tribunal Federal (STF). Na data, a Corte retoma a análise do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, interrompido desde o pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes. O julgamento tem a relatoria do ministro Edson Fachin, que já votou contrário ao marco temporal, enquanto o ministro Nunes Marques se manifestou favorável à medida.

O texto do PL da Câmara foi apresentado pela primeira vez em 2007, pelo então deputado Homero Pereira (PR-MT), sendo fortemente criticado por lideranças indígenas e ambientalistas, que apontam que diversos povos indígenas foram expulsos dos seus territórios, só tendo a oportunidade de voltar para reivindicar essas terras exatamente após a Constituição 1988.

Urgência

O requerimento de urgência, encabeçado pelo deputado Zé Trovão (PL-SC), teve a subscrição de 262 deputados, majoritariamente da oposição ao governo, mas contou até mesmo com participações inusitadas, como a do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), que, questionado pelo **Correio**, disse que aconteceu um erro da sua assessoria.

A votação do requerimento foi o último ponto da sessão na Câmara e fechou a noite de forma acalorada, com a deputada Juliana Cardoso (PT-SP), de origem indígena, chamando Zé Trovão de “assassino”, aos gritos, no plenário.